

História ambiental das populações africanas no Parque Estadual dos Três Picos, Rio de Janeiro

Wallace Marcelino da Silva ^I
Carlos José Saldanha Machado ^{II}
Rodrigo Machado Vilani ^{III}

Resumo: Durante a era colonial nas Américas, o Brasil recebeu o maior contingente de escravizados africanos. Os africanos encontraram paisagens distintas de seus países de origem, interagiram com elas e as modificaram. Este estudo visa descrever e analisar a influência africana no Parque Estadual dos Três Picos, localizado no Estado do Rio de Janeiro. A opção metodológica foi por uma pesquisa qualitativa, com foco na História Ambiental, a partir de levantamento bibliográfico e documental. Os trabalhos de História Ambiental negra ainda são escassos no Brasil e este artigo pode se tornar uma contribuição para outros estudos em áreas protegidas da Mata Atlântica. Concluiu-se que boa parte da realidade ecológica do parque possui uma herança cultural negra.

Palavras-chave: Culturas Africanas; História Ambiental; Paisagens bioculturais; Parque Estadual dos Três Picos-RJ.

^I Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil.

^{II} Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

^{III} Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Artigo Original

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc00241vu28L2AO>

Introdução

A História Ambiental é um campo de conhecimento que surge na década de 70 e busca afirmar a natureza, enquanto importante agente histórico nas análises ambientais do passado e do presente (Martins, 2007). Ela busca entender as relações entre as sociedades humanas e o mundo biofísico, em constante interação no tempo e no espaço (Pádua, 2002). Apesar do crescimento da História Ambiental, predominam pesquisadores de origem étnica branca, mesmo em um país que possui maioria negra, como é o caso do Brasil (Dos Anjos, 1999).

O Brasil recebeu o maior contingente de africanos para fins de escravização no continente americano (Ferdinand, 2022) e, desde então, estas populações afrodiaspóricas e seus descendentes constroem histórias ambientais negras em todos os biomas e ecossistemas do Brasil. As paisagens que circundam o território do Parque Estadual dos Três Picos (PETP), uma área especial de Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, preservam vestígios das práticas econômicas realizadas por pessoas que foram escravizadas, as quais introduziram espécies vegetais (Oliveira *et al.*, 2021) neste sistema biofísico-cultural tropical e deixaram heranças da cultura negra na região, outrora denominada Sertões de Macacu (Drummond, 1997).

Este artigo traz contribuições para pesquisas sobre as influências dos povos africanos escravizados no bioma Mata Atlântica que, atualmente, estão abrigadas em suas unidades de conservação, como o PETP. O PETP é a maior unidade de conservação somente em território fluminense com 65.000 hectares de área distribuídos entre cinco municípios - Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Teresópolis, Nova Friburgo e Silva Jardim (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

É um dos maiores centros de diversidade ecológica, cultural e geodiversidade do Rio de Janeiro. Abriga inúmeras espécies da flora e fauna ameaçadas e endêmicas, além de possuir atrativos naturais para o ecoturismo e de sua relevância para pesquisas acadêmicas (Instituto Estadual do Ambiente, 2009). As nascentes de água e florestas preservadas do PETP são de suma importância para grande parte da população do Recôncavo da Guanabara e das populações do seu entorno (Machado, 1997).

A pesquisa parte de duas questões centrais: Como essa paisagem, agora impregnada de influências africanas, foi moldada desde a época dos Sertões de Macacu (Século XVIII)? Qual a importância desta realidade biocultural negra para a confecção atual do PETP?

Diante do recorte proposto, que abriga a história das culturas africanas e dos ciclos econômicos – i.e. café, cana-de-açúcar - o artigo tem como objetivo descrever e analisar a influência africana no PETP.

A influência cultural africana nas paisagens do estado remonta ao período colonial e permanece até os dias atuais, refletida nos descendentes dos escravizados que habitam tanto áreas urbanas quanto quilombos no Rio de Janeiro (Correa, 2012). Pádua (2002) destaca que as relações entre escravização e degradação ambiental já eram reconhecidas no século XIX pelo patriarca da independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, que alertava para o risco do país se transformar em desertos áridos. Bonifácio apontava que

os métodos agrícolas no Brasil juntamente com a cruel escravização africana, estava levando o país a um empobrecimento social, ambiental e cultural em relação ao resto do mundo (Pádua, 2002).

Ao mesmo tempo, os povos africanos escravizados trouxeram consigo plantas, métodos de cozimento de alimentos, técnicas de mineração e ferraria, além de saberes tradicionais, estabelecendo permutas bioculturais com os colonizadores e povos indígenas nativos. Essas trocas resultaram em novas paisagens, onde as espécies de plantas africanas se integraram à flora e fauna nativas (Correa, 2012).

Este estudo é uma pequena contribuição para que as visões afrodiaspóricas da História Ambiental reafirmem a importância das populações negras para a preservação do bioma Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro em seus remanescentes como os existentes nas unidades de conservação.

Material e métodos

Área de estudo

O PETP, criado pelo Decreto-Lei nº 31.343 de 05 de junho de 2002, é a maior Unidade de Conservação de Proteção Integral do Estado do Rio de Janeiro. Esta área compreende partes dos territórios dos municípios de Cachoeiras de Macacu (49,01%), Teresópolis (19,09%), Nova Friburgo (19,07%), Silva Jardim (7,01%) e Guapimirim (4%), totalizando uma área de 65.113 hectares. Localizado no corredor central da Serra do Mar Fluminense (Figura 1), o PETP abriga significativos remanescentes da Mata Atlântica e apresenta um elevado índice de biodiversidade (Instituto Estadual do Ambiente, 2009).

2. The following are the steps in the process of the development of a new product:



As bases selecionadas para levantamento de artigos científicos foram: Google

Foram selecionados artigos científicos publicados entre 2008 e 2023. Os parâmetros

Após a seleção e escolha das fontes, foram elaborados dois quadros para tabular os

Arcabouço Teórico

A História Ambiental e a questão negra

A História Ambiental é um campo científico que visa colocar o mundo biofísico que conhecemos como natureza, na história das sociedades humanas (Martins, 2007). Através de uma análise de documentos históricos, obras literárias e artísticas, relatos de viajantes, observação de paisagens e até mesmo História Oral com moradores mais antigos, a História Ambiental extrai informações valiosas sobre as interações humanas com o meio ambiente, permitindo uma compreensão mais profunda das influências do passado nas paisagens atuais. Nesse contexto, as paisagens bioculturais africanas moldadas durante o período colonial representam marcas duradouras das relações econômicas, políticas e culturais pretéritas, ainda visíveis em todo o território brasileiro.

A História Ambiental sob uma perspectiva negra é um grande desafio epistemológico no Brasil por causa da herança cultural europeia que predomina sobre a herança negra, que embora tenha a maior parte da população brasileira, ainda carece de maiores estudos por parte de pesquisadores negros (Dos Anjos, 1999). Estes são minoria dentro de um universo de maioria de pesquisadores brancos nas universidades e centros acadêmicos nacionais neste campo de conhecimento.

Estudos assim são essenciais para que os saberes de populações negras sobre a natureza sejam analisados dentro da ótica da História Ambiental em seus processos históricos e geográficos que construíram territórios negros afrodiaspóricos em áreas protegidas como é o caso do PETP. Estes saberes podem ser visualizados em quintais, terreiros de religiões de matriz africana, patrimônios construídos com mão-de-obra escravizada e ainda nos pequenos cultivos locais dentro da Mata Atlântica, onde muitas plantas africanas se encontram inseridas na paisagem desde a época dos intercâmbios bioculturais (Ferdinand, 2022). As etnias africanas trazidas à força ao Brasil resistiram firmemente ao colonizador português, e tal resistência se reflete na preservação de sua identidade cultural através de suas práticas, como as agrícolas e gastronômicas, que se integraram ao território brasileiro (Dos Anjos, 1999; Correa, 2012). A domesticação de plantas pelos povos africanos é outro relevante legado. Espécies de plantas africanas foram trazidas ao Brasil e outras plantas sul-americanas foram levadas para o continente negro (Fiuza, 2021). Dentre estas plantas, podem ser citadas o café, o quiabo, o inhame, a mamona e diversas espécies de gramíneas que são vistas em quintais, terreiros de religião de matriz africana e cultivos de comunidades camponesas ao redor do PETP até os dias atuais.

Essas trocas bioculturais entre africanos e brasileiros proporcionaram o surgimento de novas formas de vida e identidades dentro do Habitar Colonial, que foi o espaço construído pelos europeus em contextos de exploração, dominação e escravização dos negros africanos e da natureza do novo mundo (Ferdinand, 2022). Esse mundo colonial construído no Estado do Rio de Janeiro é uma das faces da Era do Capital (Serratos, 2021) no Brasil. O Habitar Colonial significa que essa dominação ecológica e cultural prescindia que etnias e a natureza onde esses povos viviam fossem mercadorias para afirmação do capital ao redor do mundo.

Entender os processos históricos e geográficos dentro da Era do Capital ou simplesmente Capitaloceno, é entender que as atuais crises ecológicas tiveram como nascedouro a construção do capitalismo na Europa logo após o chamado descobrimento da América (Moore, 2017). As ideias do Capitaloceno questionam a hegemonia do Antropoceno que acredita em uma Era do Homem não historicizada que não individualiza as causas reais destas crises ecológicas. Analisar, sob a ótica do Capitaloceno, configura compreender a responsabilidade das atividades econômicas pela destruição de etnias e da natureza ao longo da história do colonialismo até os dias de hoje (Iglesia-Rios, 2019).

Nesse cenário histórico, africanos e a natureza foram “ferramentas” da expansão do capital global. Carney (2011) enfatiza que a escravização esteve intrinsecamente ligada à destruição ambiental no novo mundo, resultado do sistema econômico colonialista. Esses processos se traduziram em verdadeiros holocaustos coloniais (Davis, 2002), nos quais inúmeros povos e seus conhecimentos ecológico-culturais desapareceram.

Serratos (2021) explora uma série de eventos históricos que evidenciam a acumulação ilimitada das riquezas naturais do planeta, ocorrida por meio de sistemas de colonização impostos ao novo mundo e que só prosperaram por causa da ampla utilização de escravizados africanos. Esses aspectos estão ligados às narrativas coloniais de conceitos como o Antropoceno (Moore, 2018) que vê a ação humana como responsável pelas crises ecológicas globais sem contextualizar o papel das atividades econômicas capitalistas e a responsabilidade diferenciada do Norte Global e empresas transnacionais.

Logo, entende-se que as influências culturais africanas em suas relações históricas e geográficas nas hoje denominadas unidades de conservação transformam-se em uma autêntica História Ambiental negra. O PETP é um registro da escravidão, da construção de territórios negros e do legado cultural desses povos inscritos na sua paisagem.

A Paisagem e a História Ambiental

A paisagem é um conceito amplamente estudado na análise da História Ambiental, que examina as impressões deixadas no planeta como evidências físicas e culturais das atividades passadas das sociedades humanas, assim como suas influências e marcas atuais. Com suas diversas abordagens, o conceito de paisagem oferece explicações para fenômenos bioculturais relacionados a regiões, como as do território do parque. As relações culturais e subjetivas dos seres humanos são manifestadas pelas marcas e saberes culturais presentes nas paisagens, evocando pertencimentos singulares de acordo com estes territórios (Claval, 2007). As paisagens atuais do parque refletem marcas das populações africanas do passado e do presente em toda a sua extensão.

As paisagens são moldadas por premissas fundamentais, como o funcionamento socioeconômico das sociedades e as narrativas arqueológicas que revelam as lógicas sociais do passado, resultando em construções territoriais distintas das que conhecemos hoje. Tais premissas podem ser integradas e contextualizadas dentro do âmbito da História Ambiental (Martins, 2007).

A paisagem está intrinsecamente ligada ao passado, pois as sociedades humanas

constantemente interpretam e interagem com os elementos do mundo biofísico de várias maneiras ao longo da história. Na área do parque, por exemplo, as populações negras escravizadas deixaram marcas na Mata Atlântica como testemunho histórico dos antigos usos do solo e das riquezas naturais, evidenciados através das plantas ou do trabalho realizado por essas populações negras (Correa, 2012).

A História Ambiental é um campo de estudo que analisa uma variedade de paisagens, incluindo aquelas encontradas em unidades de conservação, e pode estabelecer parâmetros para compreender as mudanças nessas paisagens (Martins, 2007). Sob as lentes de uma História Ambiental negra, essa abordagem pode contribuir para a construção de uma análise que faça justiça ao papel que as populações escravizadas tiveram e ainda têm na história de países de passado escravocrata, como o Brasil.

Uma forma particular de paisagem biocultural emerge, delineada por elementos naturais do Novo Mundo, como na região hoje conhecida como Mata Atlântica, dentro do PETP. Essas paisagens 'africanizadas' carregam consigo uma rica herança simbólica e cultural afrodescendente, refletida em construções históricas, práticas agrícolas e na presença de plantas nativas africanas (Correa, 2012). A análise destas paisagens africanizadas podem ser melhor entendidas também pela reafirmação da importância das epistemologias e saberes de populações negras que trouxeram sua cultura junto de seus corpos na época da escravização (Ferdinand, 2022).

Os conhecimentos das populações tradicionais também são privatizados, como o conhecimento das plantas pela indústria farmacêutica (Shiva, 2001) que atentam com os direitos sagrados dos povos sobre seus conhecimentos ancestrais e que agora estão sendo comprados sobre leis de patentes do grande capital. Os africanos constroem novas paisagens no Brasil, e assim enfrentam ainda hoje lutas inglórias, como outros povos tradicionais, a um território que embora marcado por sua cultura, muitas vezes não é legitimado pelo poder estatal vigente.

Resultado

As fontes escolhidas e encontradas nas bases de buscas compreendem artigos científicos, livros e documentos oficiais de instituições públicas dentro da temática proposta lançados entre os anos de 2008 e 2023. Foram utilizados nove artigos científicos (Quadro 1) para a discussão nos seguintes periódicos: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada (1), Faces da História (1), The Journal Peasants Studies (2), Rede-A (1), Revista Territórios e Fronteiras (1), Historia Ambiental Latinoamericana-Halac Solcha (2) e Pesquisa e Ensino em Ciências Exatas e da Natureza (1). São 2 artigos em língua inglesa e sete artigos escritos em língua portuguesa.

Os temas apresentados nos artigos abordam a História Ambiental (2), o conceito de Capitaloceno (3) e temas variados em questões negras, além de ocupação histórica da região de estudo no PETP.

As fontes bibliográficas escolhidas foram pesquisadas em instituições públicas nacionais com quatro documentos (Quadro 2) para seguintes instituições que tiveram

uma obra: INEA, Embrapa (Estudo de solos do Brasil), Instituto Baía de Guanabara, Universidade de Brasília e IBGE. Fora uma obra muito antiga, datando de 1948 e as outras quatro a partir do ano de 1997.

Os livros foram escolhidos a partir da obra de Dean (1996), marco na História Ambiental. Foram utilizados dezenove livros, sendo 2 livros em língua inglesa, 1 livro em língua espanhola e 16 livros em língua portuguesa nas edições publicadas. Os temas foram muito variados indo da História Ambiental, dos conceitos de paisagem e Capitaloceno, relações entre natureza e sociedade com o mundo das plantas, imperialismo ecológico e ocupação histórica da região de estudo em questões como as populações locais, as populações negras escravizadas, colonialismo e as crises ecológicas atuais.

Quadro 1- Caracterização dos artigos

Título do artigo	Autores	Periódico e ano	Objetivos e tema
The Capitalocene Part 1: On the nature and origins of our ecological crisis	Moore, J.W.	The Journal of Peasant Studies (2017)	Estabelece as origens do capitalismo e das crises ecológicas atuais.
The Capitalocene Part 2: accumulation by appropriation and the centrality of unpaid work/energy	Moore, J.W.	The Journal of Peasant Studies (2018)	Demonstra que a Era do Capital é uma nova forma de organização da natureza.
Palmeiras Africanas em solos Brasileiros: Transformação Socioecológica e a Construção de uma Paisagem Afro-Brasileira	Watkins, C.	Halac Solcha (2020)	Constrói a História Ambiental negra em paisagem do Sul da Bahia.
Múltiplas alternativas: diversidade econômica da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu -século XVIII	Amantino; Cardoso.	Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada (2008)	Conta sobre alguns processos econômicos e históricos da antiga Vila de Santo Antônio de Sá.
Trabalhadores Rurais Africanos e de Origem Africana e a Africanização do Brasil Republicano	Fiuza, D.H.	Faces da História (2021)	Análise sobre atividade camponesa negra no Brasil Republicano.
Estado de Ocupação das margens do Rio-Macacu-Rio de Janeiro (Brasil): Diagnóstico preliminar	Rodrigues, G.M.; Machado, G.E.M.	Pesquisa e Ensino em Ciências Exatas e da Natureza (2020)	Visão preliminar da ocupação Histórico-Geográfica da Bacia do Rio Macacu.

A Fazenda do Colégio: Apontamentos acerca da comunidade escrava	Cardoso, V.M.	Rede-A (2012)	Estudo sobre as comunidades escravas que viveram na antiga Fazenda do Colégio.
Pobres Rurais e desflorestamento no interior fluminense na segunda metade do século XIX	Da Rosa Júnior, A.F.; Cesco, S.	Revista Territórios e Fronteiras (2013)	Análise das relações econômicas e ecológicas camponesas e a Mata Atlântica em meados do Século XIX.
A História Ambiental e as Eras do Homem e do Capital	Da Silva, W.M.; Machado, C.J.S.; Vilani, R.M.	Halac Solcha (2023)	Discussões críticas entre os conceitos de Capitaloceno e Antropoceno em suas relações com a História Ambiental.

Fonte: Os autores, 2024.

Quadro 2 - Caracterização dos documentos

Documento	Autores	Editora e ano	Objetivos e tema
Histórico do processo de ocupação das bacias hidrográficas dos rios Guapi-Macacu e Caceribu	Carneiro <i>et al.</i> , M.J.T.	Embrapa Solos (2012)	Documento que mostra a ocupação histórica das Bacias do Macacu e Caceribu.
O Homem e a Guanabara	Lamego, A.R.	IBGE (1948)	A obra demonstra a relação entre sociedade de natureza no Recôncavo da Guanabara.
Gente do Caceribu: sua geografia, sua história	Machado, L.O.	Instituto Baía de Guanabara (1997)	Documento que descreve a relação natureza e sociedade na Baía do Rio Caceribu.
Plano de Manejo do PETP	Instituto Estadual do Ambiente	Inea (2009)	Documento oficial que conta sobre as características físicas, ecológicas e sociais do PETP.

Fonte: Os autores, 2024.

A partir dos quadros (Quadro 1 e Quadro 2) foram definidos os subtemas para estruturar a discussão: (i). a ocupação histórica da região do parque; (ii). a construção de um Campesinato negro na região do PETP; (iii). populações negras e suas relações ecológicas com a Mata Atlântica do PETP; (iv). Populações negras e as paisagens atuais na região dos Três Picos.

DISCUSSÃO

A ocupação histórica da região do parque

A região do atual PETP começou a ser povoada a partir do século XVI pelos portugueses que encontraram densas florestas tropicais e zonas pantanosas nas margens dos principais rios como o Macacu e o Caceribu (Da Rosa Junior; Cesco, 2013). Tal região ficou conhecida como Sertões de Macacu (Lamego, 1948) e ficou isolada por conta da inacessibilidade destas florestas, assim como de leis do estado colonial português que não permitiram o acesso a este território na época da mineração em Minas Gerais.

Após a ocupação das áreas pantanosas e as planícies dos grandes rios locais, esta parte do Recôncavo da Guanabara esteve ligada a práticas econômicas como a retirada de lenha e madeira para a capital do estado, além das grandes plantações de cana-de-açúcar. Estas plantações criaram inúmeros engenhos que dominaram a paisagem local e poupavam as áreas mais altas das serras e cumeadas que ainda apresentavam grandes extensões de florestas (Drummond, 1997). Já nesta época, várias etnias negras foram trazidas da África e colocadas como escravos para as atividades econômicas locais (Fiuza, 2021).

Após o declínio dos engenhos locais, ocorreu a migração dos cultivos de cana-de-açúcar para outras áreas do estado, como as baixadas campistas da região norte/noroeste (Lamego, 1948). Surge o império de uma planta africana que, ao ser cultivada na capital do estado, logo toma antigas áreas ainda não incorporadas à expansão do capital no país e adentra as serras ao longo do Vale do Rio Paraíba do Sul (Martins, 2012). Junto com o café, a escravização se intensifica e com isso, populações africanas começam a abundar no Recôncavo da Guanabara ao trabalharem em grandes fazendas, como a Fazenda do Colégio (Cardoso, 2012). A Era do Capital (Iglesia-Rios, 2019) não começa nesta época na região do parque, mas a chegada do café proporcionou as mudanças mais drásticas nas paisagens locais outrora cobertas por densa Mata Atlântica (Dean, 1996).

Estas mudanças nas atividades econômicas na antiga região dos Sertões de Macacu proporcionaram uma miscigenação entre as populações locais desde que os povos nativos que fugiam da colonização do litoral, procuravam zonas mais altas e inacessíveis do estado para continuarem seus modos de vida (Drummond, 1997).

A população negra começa a trabalhar nas grandes fazendas de café, mas também muitos conseguem fugir da escravização comprando sua liberdade ou criando focos de resistência nas florestas locais com insurreições ou quilombos. A partir desta grande influência negra em sua relação com a Mata Atlântica, surgem modos de vida camponeses junto com estas rebeliões escravas no Recôncavo da Guanabara e as atividades econômicas se tornam mais complexas e variadas (Amantino; Cardoso, 2008).

A construção de um Campesinato negro na região do PETP

A atual região do PETP fez parte dos antigos Sertões de Macacu, o qual incluía a antiga Vila de Santo Antônio de Sá, localizada entre os municípios de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, estendendo-se pela serra acima até o atual município de Cantagalo (Botelho, 2024). Durante o período colonial até fins do século XIX, a população local

esteve composta por pequenos produtores, proprietários de terras, escravizados, além de homens e mulheres livres de diversos estratos sociais. (Da Rosa Junior; Cesco, 2013).

Durante muito tempo, a história dos povos mais pobres da região esteve ligada ao período da escravidão com muitas pessoas trabalhando como escravas, enquanto poucas conseguiam sua liberdade pelos poucos meios oficiais da época, além das revoltas escravas. Estas populações que possuíam pequenos pedaços de terra, viviam através de pequenas atividades econômicas diferentes do sistema de agricultura colonial (Ferdinand, 2022) durante os séculos XVIII e XIX. Após o processo de libertação em finais do século XIX, estas populações miscigenadas começaram a estabelecer formas mais claras de um tipo de campesinato na região do parque atual.

No entanto, essas pessoas não se encaixavam precisamente na categoria de escravizados ou senhores de escravizados, pois estavam principalmente às margens da agricultura colonial, cultivando para subsistência ou realizando pequenas trocas comerciais (Machado, 1997) e estabelecendo um pequeno mercado interno local (Da Rosa Junior; Cesco, 2013). Estes pequenos produtores locais se fixavam mesmo em uma região marcada pelo sistema escravocrata colonial, onde Cardoso (2012) fala em 300 escravizados apenas na antiga Fazenda do Colégio, a maior propriedade escravocrata da região em sua época.

Em meados do século XIX, o Recôncavo da Guanabara foi acometido por processos de estagnação econômica causados pelo cansaço das terras durante o apogeu da Era do Capital (Serratos, 2021) e pelas hoje conhecidas Febres de Macacu. Estas moléstias aumentaram por causa da destruição ambiental local com muitos locais de água parada e proliferação dos vetores de doenças como os mosquitos (Machado, 1997) devido ao assoreamento dos rios Macacu-Guapiaçu.

Embora tenham sido feitas propostas para evitar este acúmulo de água, logo foram superadas pela necessidade de construção de grandes ferrovias para o escoamento do café até Cantagalo, nos antigos Sertões de Macacu. Esses eventos levaram a um esvaziamento populacional ao redor do PETP e à decadência do cultivo de café na região (Carneiro *et al.*, 2012).

Toda esta população escravizada que já havia tido contato com os povos indígenas locais, tiveram relações com imigrantes como os suíços e os alemães de Nova Friburgo ou os japoneses de Cachoeiras de Macacu, além dos portugueses. Este amálgama de grupos sociais distintos, com a maioria da população escravizada do recôncavo se tornando livre até o apogeu da abolição, fizeram com que houvesse um pequeno campesinato composto de maioria negra que adentrou o século XX.

Populações negras e suas relações ecológicas com a Mata Atlântica do PETP

Diante da escravidão, as etnias negras tiveram amplas relações com a Mata Atlântica da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Estas aconteceram com as inúmeras atividades econômicas em que as populações negras estavam inseridas como os trabalhos nos engenhos de açúcar e fazendas de café, até a limpeza da terra e dos rios locais que tiveram efeitos desastrosos para as densas florestas que existiam na região

(Drummond, 1997).

A exploração madeireira nas florestas dos vales dos rios da região demandava uma grande quantidade de mão-de-obra escravizada. Uma parte significativa do comércio madeireiro fluminense provinha das matas ao longo do Recôncavo da Guanabara, incluindo áreas onde hoje se encontra o PETP. A metabolização da madeira para diversos fins durante a economia colonial continuou a moldar as paisagens, transformando a exuberante Mata Atlântica em florestas bioculturais (Amantino; Cardoso, 2008).

Oliveira (2021) discute como as florestas bioculturais são formadas em biomas tropicais como a Mata Atlântica do PETP. Essas florestas foram gerenciadas por povos caçadores-coletores e indígenas antes da chegada dos europeus (Dean, 1996), e depois foram moldadas por africanos e outros grupos étnicos, que trouxeram suas próprias plantas, animais e técnicas, criando novas paisagens com base na natureza local.

Estas relações ecológicas com a Mata Atlântica criaram intercâmbios bioculturais, que são definidos como constantes trocas de plantas, animais e conhecimento de populações humanas entre as biotas do continente africano e americano desde a época das grandes navegações (Crosby, 2011). Estes intercâmbios bioculturais entre o Brasil e o continente africano se intensificaram ao longo do tempo, fundamentados em três proposições principais, conforme destacado por Fiuza (2021): a transferência de técnicas, os conhecimentos indígenas e o papel das culturas africanas na história alimentar do Brasil.

Com esses intercâmbios, vieram árvores emblemáticas como o baobá, o flamboyant e a mamona (Figura 2), todas elas interligadas com a natureza brasileira e as conexões culturais e religiosas do candomblé, assim como as ervas medicinais e as gramíneas (Figura 3) utilizadas para a alimentação do gado e que agora dominam amplas paisagens de pastos e colinas sem vegetação original no território do PETP.

Figura 2- Mamona (*Ricinus Communis*)



Fonte: John, 2016

Figura 3-Gramíneas africanas em área de pasto próximo ao parque



Fonte: O Globo, 2013.

Com a expansão do cultivo de café e a extração de lenha nos vales dos grandes rios, como o Macacu, o Caceribu e o Guapiaçu, as paisagens começaram a exibir características culturais distintas, com a substituição das antigas florestas por estas plantas de origens diversas, como as africanas. Logo, a Mata Atlântica da região passou a abrigar espécies vegetais de outros continentes, integrando-as à sua biota nativa no contexto da economia colonial. É importante observar que esse processo de africanização da paisagem também foi conduzido por nativos, mestiços, imigrantes e outros povos não necessariamente de origem africana (Correa, 2012).

A região do Vale dos rios Macacu-Guapiaçu foi palco de espaços de resistência na forma de quilombos durante os séculos XVIII e início do XIX, contra os quais várias expedições foram realizadas pelas autoridades coloniais com o intuito de coibir e destruir estes territórios negros, constituídos, em sua maioria, a partir de fazendas da região do Recôncavo da Guanabara (Lamego, 1948). Essas comunidades quilombolas inseriam-se nas paisagens florestais da região com pequenos comércios à margem da economia colonial. Carney (2011) demonstrou que uma das principais razões para o estabelecimento desses territórios afrodiáspóricos no Brasil e em outras partes do continente americano foi a abundância de terras ainda não submetidas às lógicas coloniais europeias da Era do Capital (Moore, 2017; 2018). Desta forma, muitos escravizados optavam por fugir para áreas mais remotas, subsistindo da caça, pesca e do cultivo de plantas conhecidas de seus lugares de origem em África.

Segundo Carney (2011), os sobreviventes da diáspora africana demonstraram uma notável adaptabilidade ao adotar muitas plantas utilizadas como alimento pelos povos indígenas, juntamente com o cultivo de plantas africanas trazidas para este continente. Isso resultou na organização de sistemas alimentares únicos diante da nova realidade imposta aos escravizados, que domesticaram paisagens já modificadas ao longo de milênios pelos povos autóctones, enriquecendo os hábitos alimentares dos europeus. O legado botânico presente nas paisagens do PETP evidencia o sucesso da domesticação de plantas pelos africanos.

Populações negras e as paisagens atuais na região dos Três Picos

As paisagens que agora compõem esta unidade de conservação podem ser delimitadas em duas regiões específicas: as grandes florestas mais preservadas das partes mais altas como a região de Macaé de Cima, que se localiza entre Nova Friburgo e Silva Jardim, que voltaram a ser exuberantes depois da grande exploração do passado, e; as florestas e ecossistemas antropizados nas partes mais baixas do parque que se localizam junto a centros urbanos como Guapimirim e Cachoeiras de Macacu.

As regiões do parque de difícil acesso são as que tiveram maior influência de quilombos e insurreições negras entre os séculos XVIII e XIX. Até hoje, na área de Macaé de Cima, pode-se encontrar marcas e vestígios de antigos quilombos em topônimos locais. Os imigrantes suíços tiveram alguns conflitos com quilombolas nesta área ainda com vegetação luxuriante, o que pode ser relacionada a antigos refúgios negros do passado.

As partes mais baixas dos vales de grandes rios como o Macacu são dominadas por gramíneas africanas de várias espécies como capim-gordura ou capim-massai devido aos impactos ambientais sobre as florestas locais até os dias atuais. Isto ocorre principalmente na divisa entre os municípios de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí. Essas espécies de plantas rasteiras, utilizadas na pecuária, adaptaram-se aos solos e climas locais, passando a dominar vastas paisagens, que muitas vezes apresentam semelhanças com as savanas africanas (Rodrigues; Machado, 2020). As gramíneas africanas desempenharam um papel significativo nessa narrativa da chegada de plantas ao Brasil, sendo essenciais para o estabelecimento da pecuária não apenas nas proximidades dos grandes rios, mas também em outras áreas do Recôncavo da Guanabara.

Os quintais de pequenos camponeses e terreiros de religiões de matriz africana são espaços repletos de plantas nativas e africanas cultivadas para diversos fins. Estes territórios negros abrigam a cultura africana na região do PETP e são um testemunho histórico da influência cultural negra (Correa, 2012). Estes pequenos locais das paisagens evidenciam a sobrevivência e a resistência cultural afrodiaspórica (Carney, 2021; Ferdinand, 2022) que sobreviveu ao sistema colonial luso-brasileiro.

Com a chegada destes povos africanos à Mata Atlântica, uma rica diversidade de espécies vegetais e novos modos de vida contribuíram para a formação de novas paisagens culturais e ecológicas no PETP. Este novo mundo africanizado não se coaduna com o sistema colonial da Era do Capital (Da Silva; Machado; Vilani, 2023; Machado, 2024a,

2024b) e questiona os valores eurocêntricos até hoje (Oliveira, 2021).

Watkins (2020) corrobora com esses temas ao enfatizar que estas novas formas culturais e ecológicas das populações negras foram enriquecidas pelo grande conhecimento etnobotânico negro. Os jardins das casas, as pastagens com suas espécies de gramíneas, as maneiras de cultivar a terra e as plantas africanas construíram paisagens de enorme influência negra. Estes pequenos territórios foram essenciais para as memórias destes povos que encontravam ecossistemas como florestas e manguezais familiares das paisagens africanas, proporcionando-lhes um senso de pertencimento em terras desconhecidas.

Os escravizados africanos deixaram uma marca indelével na paisagem do PETP, tanto ao ajudarem na destruição das matas pelas imposições da escravidão, quanto na criação de outros pequenos territórios negros. Martins (2012, p. 96) descreve a devastação implacável das florestas nativas, acompanhada pela utilização massiva de escravizados africanos no cultivo de uma planta originária de sua terra natal, ironicamente enriquecendo seus opressores: *“Tudo começava com uma destruição implacável. Perobas, canelas, cedros, sapucaias e imbuías vinham ao chão, destruídas com ímpeto voraz”*.

As fazendas de café representavam um microcosmo dos modos de produção coloniais, como observado por Martins (2012), onde o espaço territorial era completamente dedicado ao cultivo da planta africana. Os escravizados sempre estavam associados à paisagem dessa época, como evidenciado em várias pinturas feitas por viajantes da época. O café moldou uma paisagem colonial essencialmente africana devido à presença dos escravizados e da própria cultura cafeeira, mas ambos estavam subordinados à economia colonial europeia dentro de um sistema mundial que explorava exaustivamente tanto as plantas quanto os seres humanos africanos.

Depois dos grandes engenhos de produção de açúcar e das fazendas de café, a população autóctone nativa praticamente desapareceu dos antigos Sertões de Macacu, mas as populações negras dentro do sistema escravista legaram paisagens com sua contribuição que avançaram no tempo após o esvaziamento das terras pelo declínio das monoculturas e febres que surgiram com a destruição ecológica da Mata Atlântica realizada já na Era do Capital.

A floresta renasceu com o abandono de antigas terras, principalmente, nas áreas mais altas, junto com a reafirmação de culturas negras durante e após a abolição da escravidão e a presença de camponeses e pequenos agricultores pobres que vivem na zona rural dos municípios que compõem o atual PETP. Há, ainda, a presença de espécies vegetais africanas nas inúmeras paisagens desta unidade de conservação, assim como nos pequenos territórios negros afrodiáspóricos dos terreiros e quintais destas populações pobres que agora sofrem a ameaça de novos vetores de destruição como os condomínios de luxo, empresas de água mineral, atividades industriais do Comperj ou o turismo desordenado. Estes novos avanços sobre as terras da região colocam em risco não apenas a Mata Atlântica, mas as populações camponesas frente à especulação imobiliária e de terras.

Conclusões

O colonialismo deixou um legado terrível de apropriação de corpos e culturas, marcado pela exploração desumana da escravização. Milhões de africanos foram trazidos à força para o continente americano, inseridos em um sistema econômico que não apenas devastou a natureza desses territórios, mas também vilipendiou suas culturas e modos de vida.

Dentro desse contexto colonial, as populações negras escravizadas desenvolveram estratégias de resistência contra os abusos dos colonizadores, incluindo a formação de quilombos e mocambos, bem como práticas agrícolas distintas das grandes monoculturas coloniais. Essa diversidade cultural africana desafiou a homogeneização imposta pelo colonialismo, especialmente em regiões de Mata Atlântica, onde as plantas introduzidas se integraram à biota nativa.

Os descendentes dessas populações negras continuam a resistir até hoje, seja nos quilombos que resistiram às mudanças no uso do solo, à industrialização e à urbanização, ou em comunidades urbanas como as favelas. Essas comunidades possuem um vasto conhecimento ancestral sobre plantas, animais e técnicas agrícolas, transmitido por gerações através de tradições orais e relações ecológicas com a natureza. Esse conhecimento é fundamental para compreender e preservar os diversos modos de organização territorial, incluindo as unidades de conservação, como o PETP, que refletem a rica herança cultural e ambiental dessas populações.

As paisagens da exuberante Mata Atlântica estão sendo gradualmente destruídas por atividades econômicas que historicamente contaram com uma significativa mão-de-obra negra. Essa influência é evidenciada pela presença de plantas africanas que continuam a desempenhar papéis importantes em diversos aspectos econômicos, desde gramíneas usadas na alimentação do gado até frutos como melão e melancia, além de espécies como a espada-de-são-jorge, associada a práticas religiosas de matriz africana.

A Mata Atlântica tem sido moldada e transformada ao longo do período escravocrata, resistindo bravamente à destruição sistemática de muitas de suas áreas e às comunidades que outrora a habitavam. Hoje, essa influência africana se manifesta tanto em expressões culturais quanto na própria floresta do PETP, que luta para sobreviver diante do avanço dos novos e antigos agentes do capital na Era do Capitaloceno. Territórios valorizados por sua riqueza natural e cultural estão sendo alvo desses agentes econômicos, colocando em risco tanto a Mata Atlântica como as populações pobres, muitas delas de origem negra, como no passado.

O legado africano na Mata Atlântica ainda hoje aponta para possíveis formas de integração ecológico-cultural entre as atuais populações negras e as unidades de conservação, como o PETP. Essa integração é essencial para preservar não apenas a biodiversidade da Mata Atlântica, mas também sua rica herança cultural africana em uma autêntica História Ambiental negra.

Referências

AMANTINO, Márcia Sueli; CARDOSO, Vinícius Maia. Múltiplas alternativas: diversidade econômica da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu– século XVIII. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 3, n. 5, p. 77-106, 2008.

BOTELHO, Janaína. Sertão do Macacu: história e formação da região serrana fluminense. **Serra News**, 14 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.serranews.rj.com.br/2024/11/sertao-do-macacu.html>. Acesso em: 7 dez. 2024.

CARDOSO, Vinícius Maia. A Fazenda do Colégio: apontamentos acerca da comunidade escrava. **REDE-A**, v. 2, n. 1, 2012.

CARNEIRO, Maria José Teixeira; LATINI, Juliana Lopes; COELHO, Thais Danton; PEDREIRA, Bernadete da C.C. Gomes; FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso; PRADO, Rachel Bardy. **Histórico do processo de ocupação das bacias hidrográficas dos rios Guapi - Macacu e Caceribu**. Embrapa Solos. Série Documentos/ Embrapa Solos, Rio de Janeiro, 2012.

CARNEY, Judith A. **In the shadow of slavery**. University of California Press, 2011.

CARNEY, Judith A. Subsistence in the Plantationocene: Dooryard gardens, agrobiodiversity, and the subaltern economies of slavery. **The Journal of Peasant Studies**, v. 48, n. 5, p. 1075-1099, 2021.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. 3ªed. Florianópolis: EDUSC, 2007.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza (Org). **Bioses Africanas no Brasil: Notas de História Ambiental**. Itajaí: Casa Aberta, 2012.

CROSBY, Alfred Worcester. **Imperialismo ecológico**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.

DA ROSA JÚNIOR, Ailton Fernandes; CESCO, Suzana. Pobres rurais e desflorestamento no interior fluminense na segunda metade do século XIX. **Revista Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 168-186, 2013.

DA SILVA, Wallace Marcelino; MACHADO, Carlos José Saldanha; VILANI, Rodrigo Machado. A História Ambiental e as Eras do Homem e do Capital. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, v. 13, p. 114-142, 2023.

DAVIS, Mike. **Holocaustos Coloniais**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOS ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Territórios das comunidades remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: primeira configuração espacial**. Brasília: Edição do autor, 1999.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. **Devastação e preservação ambiental: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FIUZA, Denis Henrique. Trabalhadores Rurais Africanos e de Origem Africana e a Africanização do Brasil Republicano. **Faces da História**, v. 8, n. 1, p. 240-263, 2021.

GALVAN, Jose L. **Writing literature reviews**. Glendale: Pyrczak, 2006.

GEOINEA. Mapas delimitados para o estado do Rio de Janeiro". **GEOINEA Bases de dados geoespaciais**. 2023. Disponível em: <https://geoportal.inea.rj.gov.br/portal/apps/experiencebuilder/experience/?id=5543921bb27144c7a8f2a64bf309ad2a>. Acesso em: 19 fev. 2025.

IGLESIA-RIOS, Ricardo. **Capitaloceno: a era da barbárie**. 1ºed. Rio de Janeiro: Yellow Carbo Design e Publishing, 2019.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. **Parque Estadual dos Três Picos: Plano de manejo**. 1ªrevisão. Rio de Janeiro: INEA, 2009.

JOHN, Liana. **Mamona garante o clima em aviários**. 2016. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/mamona-garante-o-clima/>. Acesso em: 28 set. 2024.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a Guanabara**. 2ºed. Rio de Janeiro: IBGE, 1948.

MACHADO, Carlos José Saldanha. **A crise ecológica planetária na modernidade capitalista**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Edições Livres, 2024a.

MACHADO, Carlos José Saldanha. **Homo reciprocans: 101 aforismos sobre crise ecológica planetária, decrescimento e humanismo biocêntrico**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2024b.

MACHADO, Lia Osório. **Gente do Caceribu: sua geografia, sua história**. Niterói: Instituto Baía de Guanabara, 1997.

MARTINS, Ana Luiza. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annablume, 2007.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOORE, Jason. W. The Capitalocene, Part II: Abstract social nature and the limits to capital. **The Journal Of Peasant Studies**, v. 45, n. 2, p. 237-279, 2018.

MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal Of Peasant Studies**, [s.l.], v. 44, n. 3, p.594-630, 2017.

O GLOBO. Parque Estadual dos Três picos tem o seu limite ampliado. **O Globo**, 18 de novembro

de 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/parque-estadual-dos-tres-picos-tem-seu-limite-ampliado-10907006>. Acesso em: 28 set. 2024.

OLIVEIRA, Joana Cabral de; AMOROSO, Marta; DE LIMA, Ana Gabriela; SHIRATORI, Karen; MARRAS, Stelio; EMPERAIRE, Laure (Ed.). **Vozes vegetais: Diversidade, resistência e histórias da floresta**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RODRIGUES, Guilherme Assis; MACHADO, Gisa Eneida Marques. **Estado de ocupação das margens do Rio Macacu- Rio de Janeiro (Brasil): diagnostico preliminar**. Pesquisa e Ensino em Ciências Exatas e da Natureza, v. 4, p. 1-14, 2020.

SERRATOS, Francisco. **El Capitaloceno: Una Historia Radical de La Crisis Climática**. UNAM -Ciudad de México: Dirección General de Publicaciones y Fomento Editorial, 2021.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

WATKINS, Case. Palmeiras Africanas em Solos Brasileiros: Transformação Socioecológica e a Construção de uma Paisagem Afro-Brasileira. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 10, n. 1, p. 150-193, 2020.

Wallace Marcelino da Silva

✉ wallace.marcelino@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2052-2511>

Submetido em: 21/04/2024

Aceito em: 26/11/2024

2025;28:e00024

Carlos José Saldanha Machado

✉ carlos.saldanha@fiocruz.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7642-1379>

Rodrigo Machado Vilani

✉ rodrigo.vilani@unirio.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8286-1677>

Historia ambiental de las poblaciones africanas en el Parque Estatal Tres Picos, en el estado de Río de Janeiro

Wallace Marcelino da Silva
Carlos José Saldanha Machado
Rodrigo Machado Vilani

Resumen: Durante la era colonial en las Américas, Brasil recibió el mayor contingente de africanos esclavizados. Los africanos se encontraron con paisajes distintos de los de sus países de origen, interactuaron con ellos y los modificaron. Este estudio tiene como objetivo describir y analizar la influencia africana en el Parque Estatal de Tres Picos, ubicado en el estado de Río de Janeiro. Se realizó una revisión de fuentes secundarias en bases de datos como Scielo y Capes, además de libros y artículos científicos que abordaran el tema de estudio a partir de los años 90, con un enfoque en la Historia Ambiental. Los trabajos sobre la Historia Ambiental negra siguen siendo escasos en Brasil, y este artículo puede convertirse en una contribución para otros estudios en áreas protegidas de la Mata Atlántica. Se concluyó que gran parte de la realidad ecológica del parque tiene una herencia cultural negra.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Artículo original

Palabras-clave: Culturas Africanas; Historia Ambiental; Paisajes bioculturales; Parque Estatal de los Tres Picos-RJ.

Environmental History of African Populations in the Três Picos State Park in the State of Rio de Janeiro

Wallace Marcelino da Silva
Carlos José Saldanha Machado
Rodrigo Machado Vilani

Abstract: During the colonial era in the Americas, Brazil received the largest contingent of enslaved Africans. These Africans encountered landscapes distinct from their countries of origin, interacted with them, and transformed them. This study aims to describe and analyses African influence in the Três Picos State Park, located in the State of Rio de Janeiro. A review of secondary sources was conducted, drawing from databases such as Scielo and Capes, as well as books and scientific articles that addressed the topic from the 1990s onwards, with a focus on Environmental History. Black Environmental History works are still scarce in Brazil, and this article may contribute to further studies in protected areas of the Atlantic Forest. It was concluded that a significant part of the park's ecological reality bears a Black cultural heritage.

Keywords: African cultures; Environmental History; Biocultural landscapes; Three Peaks State Park-RJ.

São Paulo. Vol. 28, 2025

Original Article